

Uberização, precarização e pandemia: um estudo em Natal-RN

Eliane Juraski Camillo* e Dante Henrique Moura**

Resumo

Desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa, com a entrevista via telefone como ferramenta de produção de dados, e dialogando com referenciais de perspectiva crítica sobre o trabalho, este artigo se voltou para a seguinte pergunta: a pandemia decorrente do Covid-19 está contribuindo para que as pessoas que trabalham em serviços de entrega de alimentos por aplicativo, em Natal-RN e região metropolitana, se insiram mais fortemente no precariado? Os dados produzidos apontam para um cenário em que o caráter precário do trabalho dessas pessoas é agudizado pela pandemia.

Palavras-chave: Uberização do trabalho; Entregadores/as por aplicativo; Pandemia da Covid-19; Precarização.

Uberization, precarization and pandemic: a study in Natal-RN

Abstract

Developed through qualitative research, with telephone interviews as a tool for data production, and dialoguing with critical perspective references on work, this article focused on the following question: is the pandemic resulting from COVID-19 contributing to people who work in food delivery services by app, in Natal-RN and the metropolitan region, are more strongly inserted in the precariat? The data produced point to a scenario in which the pandemic exacerbates the precarious nature of these people's work.

Keywords: Uberization of work; Deliverers per application; Covid-19 Pandemic; Precariousness.

* Doutora em Educação. Pós-Doutora em Educação Profissional. Docente no Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, Brasil. End. eletrônico: juraskicamillo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6385-6629>

**Doutor em Educação. Professor Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal-RN, Brasil. End. eletrônico: dantemoura2014@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8457-7461>

Palavras iniciais

Colocou-se como problema para a pesquisa da qual esse artigo resultou o levantamento, a discussão e a reflexão sobre o trabalho das pessoas que atuam nos serviços de entrega de alimentos por aplicativo, em Natal-RN e região metropolitana, no contexto da pandemia da Covid-19, representado pela seguinte pergunta de pesquisa: a pandemia decorrente da Covid-19 contribuiu para que as pessoas que trabalham em serviços de entrega de alimentos por aplicativo, em Natal-RN e região metropolitana, se insiram mais fortemente no *precarizado*?

Diante desse questionamento, o objetivo geral da pesquisa foi averiguar as condições de trabalho e como a pandemia decorrente da Covid-19 se relacionou com a precarização do trabalho das pessoas que atuam nos serviços de entrega de alimentos por aplicativo, em Natal-RN e região metropolitana.

Em suma, a pesquisa pretendeu desencobrir aspectos da relação capital-trabalho presentes no fenômeno da *uberização* no atual estado sociometabólico do capitalismo, no afã de produzir e socializar conhecimentos que contribua para a reflexão crítica sobre o assunto e tentar trazer para o debate acadêmico e público elementos que possam auxiliar no enfrentamento das possíveis e prováveis consequências negativas para a classe trabalhadora desse tipo de relação de trabalho, que avança a passos largos em escala planetária.

De onde falamos

Antunes (2009, 2019, 2020), ao dialogar com o referencial *marxiano* e marxista sobre trabalho, vertente à qual nos filiamos, discute as metamorfoses do mundo do trabalho ao apontar que hodiernamente há uma severa diminuição do trabalho tal como o conhecemos, sobretudo o trabalho fabril, industrial, do período taylorista-fordista, quando a ocupação dos postos de trabalho era, geralmente, por longos períodos ou até por toda a vida laboral e com direitos assegurados. Diferentemente, na atualidade vivenciamos um crescente aumento do assalariamento no setor de serviços, em que o trabalho se apresenta, principalmente, em tempo parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e precarizado.

Com base nos dados produzidos no âmbito da pesquisa, argumentamos que a uberização traz em seu bojo a precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, do crescente fragmento da classe trabalhadora que atua dessa maneira, de forma que se inserem no precariado e que a pandemia do Covid-19 asseverou essa precarização.

De acordo com Standing (2019) o termo *precarizado* é um neologismo formado pelo adjetivo precário mais o substantivo proletariado, que representa um grupo socioeconômico distinto, um fragmento de classe-em-formação, e não ainda uma classe-para-sí, no sentido *marxiano* e marxista.

Standing (2019, p. 28) identifica como *precarizado* as pessoas que são desprovidas de sete formas de garantias em relação ao trabalho, no total ou parcialmente, a saber: garantia de mercado de trabalho, o que corresponde a oportunidades adequadas de emprego e remuneração, garantidos pelos governos via pleno emprego; garantia de vínculo empregatício, por meio da regulamentação (e proteção) sobre contratação e demissão; segurança no emprego, por intermédio de política trabalhista que garanta oportunidades de mobilidade ascendente em relação a postos e renda; segurança do trabalho, que é a proteção contra acidentes, doenças e garantia de condições favoráveis à saúde no trabalho; garantia de reprodução de habilidades, pelo acesso à formação continuada e valorização de saberes e conhecimentos; segurança de renda, por intermédio da garantia de renda adequada, estável e protegida por mecanismos adequados de valorização; garantia de representação, que corresponde ao direito de possuir uma voz coletiva por intermédio dos sindicatos, entes importantíssimos na defesa de direitos, como o de greve. Além disso, os sindicatos têm papel relevante na promoção e fomento da educação política da classe trabalhadora.

As pessoas que participaram da pesquisa se circunscrevem como pertencentes ao *precarizado*, precisamente porque não têm acesso a qualquer uma dessas sete formas de garantias em relação ao seu trabalho enquanto entregadores/as de alimentos por aplicativo em Natal/RN e região metropolitana.

O que os dados produzidos nos permitem compreender, refletir e afirmar

Os dados foram produzidos pelos (des)caminhos da pesquisa de abordagem qualitativa, tendo a entrevista via telefone como instrumento de sua produção. Ao total, 29 pessoas participaram da pesquisa, respondendo a 2 blocos de questões, que procuraram atender aos propósitos descritos em seguida.

No primeiro bloco, buscamos identificar minimamente o perfil dessas pessoas, obviamente observando os preceitos éticos da pesquisa, capturando não informações pessoais que pudessem identificá-las como pessoas, mas como grupos sociais distintos.

No segundo, as perguntas focalizaram questões envolvendo as relações dessas pessoas com o trabalho, em especial procurando capturar ao máximo todas as características envolvidas, que pudessem apontar para os cenários das relações de trabalho, tentando desvelar em que medida a pandemia impactou nos seus trabalhos de entrega.

No tocante ao primeiro grupo de questões, os dados produzidos apontam para o seguinte panorama (Idade; Sexo/Gênero; Bairro em que reside; Escolaridade; Situação familiar – solteiro/a, casado/a, com quem mora, é responsável financeiro por alguém?).

Em relação à idade, temos o seguinte: 13 participantes tendo entre 18 a 25 anos, 13 entre 26 e 35 anos e 3 com mais de 36 anos.

Os dados indicam que a maioria absoluta das pessoas são jovens ou adultos jovens. Concatenado às juventudes, o próprio trabalho, enquanto meio de produção da existência da classe trabalhadora no modo de produção capitalista desponta como um aspecto central da vida para as pessoas jovens, tanto para aquelas que já precisam trabalhar desde tenra idade para contribuir com o sustento do núcleo familiar no qual se insere ou até mesmo para prover completamente a própria existência, quanto para aquelas que se preparam para tal.

Sobre a questão de sexo e gênero, um dado merece destaque: dentre as pessoas que participaram, apenas duas são mulheres. Esse fato havia chamado a atenção já no momento de recrutamento. Raramente via mulheres na rua trabalhando como entregadoras.

Segundo as duas mulheres participantes da pesquisa (que, aliás, confirmaram não saber da existência de mais mulheres que trabalhavam como entregadoras no recorte da pesquisa), a ausência das mulheres nesse espaço ocorre em função da forte presença do machismo, que as impede de estarem nesse lugar. Ou seja, em espaços com forte influência machista, a rua não é um espaço adequado para as mulheres estarem. Elas mesmas revelaram ter sofrido isso na pele, tanto que ambas tinham companheiro, porém uma delas, em razão da discordância do companheiro (desempregado) com o seu trabalho, havia se separado e retornado para a casa da mãe – viúva; enquanto a outra participante continuava ainda a viver com o companheiro, também desempregado, mas as brigas por ciúmes por ela ficar pouco tempo em casa eram frequentes e pensava em terminar o relacionamento e sair de casa. Afirmaram que ouviram muitas vezes de seus companheiros que não seriam capazes de enfrentar a lida, que a rua trazia muitos desafios que somente homens poderiam superar e que fazer entregas não era trabalho de mulher, o mesmo que amigas que tinham interesse em trabalhar como entregadoras também comentavam ouvir de seus companheiros e namorados.

As questões que circundam o machismo são recorrentes, a inferiorização da mulher que é considerada incapaz de enfrentar o trabalho na rua e seus desafios; a desigualdade de acesso a postos de trabalho, mesmo que precarizados; a problemática em relação à dupla e, até tripla jornada de trabalho, em que o trabalho doméstico, o trabalho de cuidado de crianças, pessoas idosas, doentes etc. ainda são considerados como de responsabilidade da mulher, com pouca participação masculina nos mesmos.

Em relação ao local de moradia, das pessoas que participaram da pesquisa, temos o seguinte quadro: Extremoz (2); Parnamirim (2); Macaíba (3); São Gonçalo do Amarante (4), municípios que fazem parte da região metropolitana da capital potiguar. No caso da cidade Natal (16), a incidência de participantes foi nos bairros: Felipe Camarão (3); Cidade da Esperança (3); Mãe Luiza (3); Nossa Senhora da

Apresentação (3); Bom Pastor (2); Alecrim (1); Pajuçara (1); Ponta Negra (1); Lagoa Nova (1).

Cabe destacar que as pessoas participantes que residem nos municípios circunvizinhos a Natal fazem entregas em suas cidades e também em Natal, o que demanda maior tempo nos deslocamentos e incide em mais despesas, especialmente em combustível e alimentação.

Esses dados vão ao encontro da afirmação de Abílio (2019), de que a periferização é uma característica fortemente atrelada a esse tipo de trabalho precarizado.

No tocante à escolaridade, temos o seguinte panorama entre as pessoas participantes do estudo: Ensino Fundamental – 18, Ensino Médio – 10, Ensino Superior Incompleto – 1. Portanto, a maior parte sequer concluiu a Educação Básica, já que a maioria possui apenas o Ensino Fundamental completo, seguido por outra parcela que possui o Ensino Médio completo e apenas uma pessoa possui Ensino Superior incompleto, comprovando que o pleno acesso à educação ainda é uma realidade distante em nosso país, especialmente entre o *precarizado*, como informa Standing (2019).

Finalizando a análise sobre as questões do primeiro bloco, no que diz respeito aos arranjos familiares e situação conjugal, 21 participantes têm cônjuge ou possuem relacionamento estável com quem moram; 4 se separaram; 3 não têm ou tiveram cônjuge ou relação estável. Saliento a forte presença, dentre as pessoas participantes, do adensamento excessivo e coabitação, dado que grande parte narrou arranjos habitacionais diversos, como o fato de morarem de favor com parentes como pais, mães, sogros, sogras ou situações em que abrigam temporariamente em suas residências parentes, outros casais, amigos/as, dentre outras situações, em função dessas pessoas estarem passando por dificuldades financeiras que as impedem de habitar um espaço próprio.

Muitos desses arranjos de moradia, inclusive, conforme informado por participantes da pesquisa, foram impulsionados pela pandemia do Covid-19, em função de rompimento de contratos de trabalho e consequente incapacidade financeira de continuarem arcando com despesas em geral, incluindo, aluguel.

Esses dados corroboram com estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que aponta a intensificação do processo de urbanização com aumento desenfreado das aglomerações urbanas nas áreas periféricas, bem como do aumento do adensamento das moradias e da coabitação. Esses arranjos familiares e de moradia obstaculizam, em grande medida, que as pessoas participantes possam se isolar em casa com o intuito de se preservarem da disseminação do Covid-19.

Adentrando, agora, sobre os dados produzidos acerca do bloco de questões relacionadas às percepções, sentidos, significados e relações que as pessoas

participantes estabelecem com o seu trabalho como entregadores/as de alimentos por aplicativo.

Dentre as pessoas pesquisadas, 26 possuem e utilizam motocicletas para trabalhar, enquanto que 3 usam bicicletas.

Destacamos, inicialmente, que das 29 pessoas participantes apenas 4 trabalham nessa atividade há mais de 2 anos; 21 já trabalharam em outras atividades, das quais foram desligadas ou saíram por motivos diversos, sendo o fechamento de empresas ou transferência dessas para outras localidades os mais citados; 12 passaram a exercê-la apenas após o início da pandemia, quando seus ramos de atividades tiveram que paralisar, por não se constituírem em atividades que tivessem o funcionamento amparado pelos decretos de isolamento social. Uma dessas pessoas, que já atua há 15 anos nos serviços de entrega, iniciou a trabalhar como motofrentista, atividade que à época era formalizada e, em consequência, havia garantia de alguns direitos trabalhistas, perdidos quando da migração para a atuação nos serviços de entrega de alimentos por aplicativos.

Em geral, esses deslocamentos para a atuação laboral na entrega de alimentos por aplicativo ocorrem entre pessoas que trabalhavam em comércios não essenciais e que foram desligadas de suas vagas em decorrência da pandemia, bem como profissionais que trabalhavam com turismo, outra atividade bastante impactada. Enfim, são participantes que ao perderem suas vagas no mercado formal ou terem precisado fechar seus pequenos negócios por força da aguda crise econômica, política, institucional e sanitária vigente no país foram para a informalidade crescente a ritmo acelerado no Brasil, por força das circunstâncias, não por opção.

Ainda sobre essas pessoas participantes da pesquisa, salientamos que apenas duas delas informaram ter outra ocupação além do serviço de entrega, de forma que para elas essa atividade serve como um adicional na renda mensal. Apresentado esse panorama geral, passamos a discutir as características do trabalho dessas pessoas na entrega de alimentos por aplicativo.

Um aspecto primordial da *uberização* do trabalho, segundo Abilio (2019), é a mudança substancial no seu gerenciamento, principalmente se pensarmos nos moldes tayloristas-fordistas, em que a classe trabalhadora tinha uma jornada de 8 horas diárias de trabalho, invariavelmente, com supervisão da gerência.

Enquanto isso, 27 das 29 pessoas entrevistadas afirmaram trabalhar mais de 11 horas por dia realizando entregas, chegando, em algumas situações, até 20 horas. Apenas as duas pessoas que mencionaram exercer outra atividade como principal e que a entrega de alimentos serve como complementação da renda, declararam ter 4 a 6 horas diárias de atuação nessa atividade. Como essas pessoas já cumprem uma jornada de trabalho diário de 8 horas em seus primeiros trabalhos, ter-se-á, da mesma forma, nesses casos, de 12 a 14 horas diárias trabalhadas.

Cabe, também, complementar que 24 das 29 pessoas participantes, afirmaram trabalhar os 7 dias da semana na entrega de alimentos, excetuando-se dessa situação 5 participantes, dentre as quais as duas mulheres que declararam organizar a casa no domingo.

Obviamente, essa carga horária é muito maior do que se essas pessoas trabalhassem no mercado formal de trabalho, variando de 37,5% a 150% de sobrejornada, tendo como referência as 8 horas diárias do mercado formal a variação de 11 a 20 horas de trabalho mencionadas entre as pessoas entrevistadas. Ou seja, rompe-se radicalmente com a organização do dia fundada na ideia de se trabalhar 8 horas, se dormir 8 horas e dedicar as 8 horas restantes ao lazer.

Essa situação compromete o lazer e o próprio descanso, vitais, inclusive, para que a pessoa possa se refazer do cansaço para novamente trabalhar. Essa realidade pode, inclusive, contribuir para a ocorrência de acidentes de trânsito, considerando a atividade do público pesquisado.

Um participante declarou que já chegou a usar substâncias para se manter acordado por mais tempo e fazer mais entregas para melhorar os rendimentos. Esse mesmo participante declarou que conhece vários colegas que fazem uso contínuo dessas substâncias.

Em relação ao tempo de lazer, as atividades mais citadas foram aquelas passivas como assistir na televisão, programas de entretenimento como filmes, séries, vídeos em geral, assim como atividades no celular. Poucas pessoas entrevistadas mencionaram outras atividades como jogar futebol e surfar, apenas 2 homens.

Standing (2019), ao discorrer sobre o *precarizado*, previne sobre a mente precarizada. Em consequência do uso e abuso de artefatos tecnológicos, que estão mudando radicalmente a forma como fazemos as coisas com o foco no curto prazo, no instantâneo, nas multitarefas. Alerta o autor que nesse contexto também se insere nossa forma de escolher os momentos de ócio, como confirma as preferências acima mencionadas. Atividades de acesso mais rápido, sem muito dispêndio de muita energia física e mental para planejá-las e sem esforço físico para realizá-las. Enfim, predominam atividades passivas, seja por cansaço, posto que precisam dedicar excessivas horas ao trabalho; seja porque a cidade de Natal não oferece muitas opções de lazer criativo acessível a toda população de forma gratuita ou com pequenas taxas, excetuando-se, evidentemente, as praias.

Em suma, para que as pessoas, especialmente as que se enquadram no *precarizado*, possam ter um mínimo de equilíbrio em suas vidas, equalizando em alguma medida o tempo de trabalho com o tempo de ócio, urge, sobretudo, que possam ter algum controle sobre seu tempo, como alude Standing (2019) e que ócio, lazer, cultura e educação sejam prioridades dos governos, podendo, assim, serem considerados efetivamente como direito de toda a população.

Sobre as dificuldades enfrentadas no trabalho e como as enfrentavam, as pessoas entrevistadas comentaram alguns aspectos em nível mais macro e outros mais diretamente relacionadas ao trabalho.

Em nível macro, mencionou-se de forma recorrente as más condições das vias de trânsito de veículos de Natal-RN, com muitos buracos, pavimentação ruim e descontínua, muitos pontos de alagamento em períodos chuvosos, enfim, péssimas condições gerais da infraestrutura do trânsito.

No caso das pessoas que usam bicicleta para trabalhar, a situação tem especificidades que agravam o quadro, segundo as pessoas entrevistadas. Alegam que as ciclovias são quase inexistentes em Natal, ao passo que as ciclofaixas são compartilhadas justamente com os ônibus, tornando uma perigosa aventura o uso de bicicletas, ainda mais para se trabalhar cotidianamente. Então, tais condições das vias de trânsito dificulta o trabalho dessas do grupo pesquisado.

Outra dificuldade bastante citada pelo grupo pesquisado foi o crescente aumento da violência. Foram relatados muitos casos de assaltos e roubos de motos e de bicicletas, não apenas com o próprio grupo participante, mas, também com colegas de profissão. Relatam que em face dessas ocorrências, as empresas-plataforma não prestam auxílio algum, ficando todo o ônus a cargo das vítimas.

Um entregador relatou que já roubaram 5 motos dele. Para mitigar esse tipo de problema, as pessoas participantes da pesquisa comentaram que, sempre que possível, costumam observar os locais por onde circulam e na presença de pessoas ou de movimentação suspeita, publicam avisos nos grupos de *whatsapp* que participam, no intuito de alertar e prevenir os/as colegas.

Outro sujeito confidenciou que precisa pagar uma espécie de pedágio para traficantes e criminosos que controlam determinados pontos da cidade para poder circular sem ter problemas e que vários colegas também o fazem, sendo que os novatos, que se recusam a fazer, sempre têm problemas nesses locais. Acrescenta que não concorda com isso, mas como a polícia militar não consegue coibir tais ilegalidades se sente mais seguro pagando o que pedem.

Isso revela a ausência do Estado da vida da classe trabalhadora mais empobrecida, pois não lhes garante emprego formalizado, educação, saúde e, nesse caso, nem a segurança para que possam trabalhar em atividade precarizada. Assim, são obrigados a se virar, como disse esse sujeito, para se mover na cidade com alguma desenvoltura.

Enfim, podemos afirmar que por circularem muitas horas, parte em período noturno, passando por várias regiões da cidade, inclusive aquelas consideradas mais violentas, os/as trabalhadores/as por aplicativo certamente estão muito mais suscetíveis a distintas formas de violência urbana.

Passamos agora a discutir as características do próprio trabalho das pessoas que trabalham nos serviços de entrega de alimentos por aplicativos, as relações dessas pessoas com outros grupos como as empresas-plataforma e o empresariado do setor de alimentos, assim como as relações internas entre as pessoas que trabalham nesse segmento.

No que que concerne às características do trabalho, dentre os pontos que consideram positivo, pessoas participantes do sexo masculino, em sua maioria, citaram o fato de não terem horário nem patrão, de serem empreendedores, enquanto entre as mulheres não houve esse tipo de depoimento. Por isso, a análise que se segue é desenvolvida apenas no masculino.

É mister que a visão desses trabalhadores de si próprios e de seu trabalho seja problematizada. Consideramos equivocada essa ideia de liberdade para que possam trabalhar em horários favoráveis a cada um, incluindo aí a adequação à rotina do grupo familiar, bem como a não fazer jornadas extenuantes, o que vimos, anteriormente, que não é o caso, já que foi uníssona a afirmação de que fazem jornadas de 11 até 20 horas por dia.

Isto é, os dados produzidos na pesquisa não corroboram essas referências à flexibilidade de horários de trabalho. Ao contrário, explicitam que as pessoas que precisam obter um rendimento mínimo para satisfazer suas necessidades básicas e de seu grupo familiar, necessitam trabalhar muito além de oito horas por dia, a grande maioria nos sete dias da semana.

A questão de não ter patrão constitui-se, a nosso modo de ver, em mais um equívoco desses trabalhadores. Como anteriormente dito, a atividade laboral *uberizada* apresenta uma nova forma de gestão do trabalho, não mais pela supervisão da gerência taylorista-fordista, mas pela super visão, com super alcance, das tecnologias informacionais, pelas vias do algoritmo, o que pode ser fundamentado nas leituras de Huws (2017), Standing (2019) e Slee (2017).

Embora esse patrão não tenha um rosto, da maneira conhecida tradicionalmente pela classe trabalhadora, ele se faz presente na rotina e na vida das pessoas que prestam serviços como entregadoras de forma muito mais contundente, mesmo que sutil, sabendo em minúcias de todos os seus movimentos: o que fazem, como fazem, suas preferências, quanto tempo gastam em cada entrega, quanto tempo ficam disponíveis, dentre inúmeros outros dados que sequer conseguimos nominar.

Essas empresas-plataforma, como muito bem nos adverte Slee (2017), são muito parcimoniosas em divulgar informações que estão em sua posse. Então, ao contrário do que esses sujeitos consideram, mesmo que sem uma face material, eles têm um patrão muito meticuloso na empreitada de vigiar e também de puni-los. Na verdade, essa punição é sentida de forma muito evidente por eles, pois a

reivindicação para que cessem os bloqueios indevidos a esses trabalhadores foi uma das pautas das duas greves nacionais da categoria dos/as em condições de *uberização*.

Nessa linha de pensamento, concordamos com Abilio (2019), ao citar Laval e Dardot (2016), que falam sobre novos modos de subjetivação que conformam o sujeito empresarial, sujeito neoliberal ou *neossujeito*. As exigências maximizadas de competição, exposição a riscos, enfim, as exigências que no entendimento clássico do empreendedorismo se colocavam às empresas, agora se colocam diretamente ao fragmento *uberizado* da classe trabalhadora.

A visão de empreendedor identificada na maioria dos sujeitos se relaciona, em grande medida, com os dados produzidos acerca da remuneração mensal média que os/as sujeitos/as relataram obter, especialmente um dado, que se afasta dos demais. Acontece que a maioria dos/as sujeitos/as declarou que conseguem ganhar mensalmente com seu trabalho entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.800,00, tiradas as despesas com alimentação, combustível, reparos/manutenção. Ou seja, um valor que varia entre pouco menos e pouco mais de um salário mínimo vigente. Os entregadores que usam bicicleta para trabalhar informaram que seu ganho mensal, tiradas as despesas, fica entre R\$ 500,00 e R\$ 1.100,00 – exceto o entregador que roda em torno de 20 horas ao dia, que disse obter em torno de R\$ 3.000,00 – abaixo, portanto, dos/as que utilizam motocicleta, já que se movimentam de forma menos rápida que aqueles/as, fazendo, obviamente, menos entregas por dia. Todavia, um grupo de sujeitos/as (que estão há pouco tempo trabalhando com entregas) assegurou que seu rendimento mensal, subtraídas as despesas, fica entre R\$ 5.000,00 e R\$ 6.000,00. A resposta desse grupo para essa questão distancia-se muito do primeiro grupo, sendo que o número de horas trabalhadas é igual entre ambos. Ainda, os/as entregadores/as potiguares também reconheceram que após a pandemia, embora estejam trabalhando mais, o rendimento diminuiu. Essa discrepância de rendimentos entre os dois grupos moveu-nos a refletir um pouco mais sobre. Talvez a visão de si de que são empreendedores fez com que declarassem um rendimento superior ao que de fato obtêm, por considerarem que um empreendedor precisa ter (ou parecer ter) um rendimento maior. Outra hipótese ancora-se Antunes (2018), em que o autor alega que quando o/a trabalhador/a está desempregado/a, muitos/as já há algum tempo, logo, em desalento, e conseguem trabalhar como entregadores/as de aplicativo, vivenciam uma fase de lua-de-mel com esse novo fazer, em que não percebem ou não se importam tanto com as dificuldades/pontos negativos, as quais passarão a ser vistas e sentidas com maior impacto após um determinado período de contato com essa nova realidade. Dos que declararam esse ganho muito acima da média, estão alguns entregadores que já se encontram nessa atividade há algum tempo e tem percepção de si como empreendedores, e os demais são trabalhadores que perderam seus postos de trabalho com a pandemia e estão há pouco tempo nessa atividade, em lua-de-mel, então, segundo Antunes (2020), não conseguindo ainda discernir com toda clareza as reais condições de precarização deste trabalho.

Para Standing (2019), o trabalho, ou a falta dele, é um importante fator que conforma identidades. No que diz respeito às relações estabelecidas pelos/as entregadores/as com alguns/algumas sujeitos/as e/ou grupos primordiais para a realização de seu trabalho, não temos um panorama animador, mas sim que reforça a desvalorização, desumanização, e consequente precarização deste/a trabalhador/a e que se acirra no contexto da pandemia.

Apesar de a maioria das pessoas do sexo masculino terem pontuado como aspectos positivos o fato de não terem patrão nem horário rigoroso de trabalho e de se sentirem empreendedores, conforme acabamos de discutir nos parágrafos anteriores, paradoxalmente, a ampla maioria das pessoas, incluindo parte desses acima mencionados, foram enfáticas em afirmar que a relação estabelecida com as empresas-plataforma é ruim ou péssima porque distante, fria e desrespeitosa com a condição de ser humano e de classe trabalhadora. Essas empresas não são transparentes, já que não publicizam seus dados, tampouco disponibilizam canais para um diálogo efetivo com os/as entregadores/as, que disseram que essas empresas disponibilizam apenas um chat para comunicação, não oferecendo qualquer outro canal, como e-mail, número de telefone ou atendimento presencial por intermédio de algum escritório representante, por exemplo.

Dessa forma, em caso de acidente, doença, roubos ou de sofrerem violências não têm acesso a qualquer tipo de assistência. Igualmente, informaram que, com exceção da *Ifood*, as demais empresas-plataforma, ao contrário do que anunciam na imprensa, não estão disponibilizando equipamentos de proteção individual (EPI) nem álcool em gel para que pessoas entregadoras possam minimamente se prevenir contra o Covid-19. Importa acrescentar que a grande maioria das pessoas participantes alegou já ter passado por essas situações ou de conhecerem colegas que as vivenciaram sem ter recebido amparo algum por parte das empresas-plataforma.

Dentro do grupo de homens que se percebem como empreendedores, alguns alegaram que são favoráveis a esse modo de agir das empresas, justificando que o brasileiro é muito corrupto e que se derem moleza, se aproveitarão da situação em benefício próprio. Esse comportamento pode ser explicado por Freire (2008), quando fala que os oprimidos, em situação de alienação, podem se identificar com os opressores.

Outro ator com o qual as pessoas que trabalham como entregadoras se relacionam em grande medida são as empresas do setor alimentício, em especial, as pessoas que as gerenciam, muitas vezes, proprietários/as de restaurantes, bares, padarias, lancherias etc. A grande maioria relatou que o tratamento que recebem é frio, distante e até desumano das pessoas que gerenciam esses estabelecimentos. Em muitos casos, não permitem sequer o uso de banheiros e lavabos, mesmo no contexto da pandemia e da necessidade frequente de higienização das mãos, chegando ao cúmulo de, em dias chuvosos, não poderem se abrigar no interior de

restaurantes, tendo que esperar os pedidos na chuva, sob o argumento empresarial de que a presença dos/as entregadores/as no interior dos estabelecimentos, ainda mais quando estão molhados pela chuva, pode desestimular a chegada de clientes.

Não obstante, informam que há um pequeno grupo que valoriza as pessoas que operam a prestação de serviços de entrega, agindo com cordialidade e manifestando atitudes como oferecer água, lanches, permitir o uso de banheiros e lavabos, conversar e, sobretudo, ouvir, mas, infelizmente, segundo os relatos, é a minoria que age dessa forma. A maioria não ouve as pessoas que trabalham na entrega de alimentos e as culpabilizam em qualquer problema que ocorra.

Partindo para outro grupo com o qual os/as entregadores/as se relacionam, chegamos à clientela final. Nesse caso, o tratamento dispensado tampouco é homogêneo, mas se repete a incidência de um grupo menor que é cordial, que conversa, que ouve, que dá gorjetas e, finalmente, que demonstra se importar com quem trabalha no serviço de entrega de alimentos.

Enquanto isso, segundo os relatos, o grupo maior demonstra indiferença, apatia e até insensibilidade. Para esse grupo, segundo as pessoas entrevistadas, há pressa em acabar logo com o contato, de pegar a encomenda e que quem fez a entrega vá logo embora. Mas, também há registros significativos de situações em que clientes exigem mais do que é a obrigação de quem está fazendo a entrega. Foi recorrente a narrativa de que, em plena pandemia, mesmo recebendo orientações das empresas-plataforma e dos próprios condomínios para não entrarem nos edifícios para fazerem as entregas, no sentido de mitigar a contaminação pelo novo coronavírus de todas as pessoas envolvidas na entrega e consumo de alimentos, grande parte da clientela exige que a entrega seja feita nos próprios apartamentos. Relataram, ademais, que já precisaram se dirigir a apartamentos para fazer entregas em que havia pessoas contaminadas pelo Covid-19 e estavam em quarentena, o que aumentava consideravelmente o risco de se contaminarem e/ou de transmitir a outras pessoas, incluindo seu núcleo familiar. Houve, inclusive, desabafo de quem se recusou a subir em apartamentos para deixar entregas, no sentido de receberam xingamentos, como serem chamados de inúteis.

Tais posturas explicitam e reforçam a gênese da sociedade brasileira, a Casa Grande, herança e raço escravocrata, ainda profundamente arraigada em suas entranhas, e o gosto por ser servida sempre pela senzala, não importando sob que condições, mesmo em meio a uma pandemia e ao risco iminente de contaminação.

Apesar dos desrespeitos, o importante papel das pessoas que trabalham em serviços de entrega se escancara, pois ao trabalharem em plena pandemia, colocando em risco a própria saúde e de seus círculos de contatos, permitem que muitas pessoas consigam efetivar o isolamento social que, aliado a algumas medidas, como a higienização constante, tem mostrado efetividade em mitigar a disseminação da doença.

Para concluir a reflexão acerca das relações que os/as entregadores/as estabelecem com diferentes atores sociais no tocante ao seu labor, temos aquelas que se constituem com colegas de trabalho. A partir dos depoimentos recebidos nas entrevistas, podemos afirmar que tais relações são complexas, variadas e multifacetadas. Um grupo reconheceu que conserva relações fraternas, amigáveis, de ajuda e de cooperação mútua com colegas, seja conversando, ouvindo ou compartilhando informações importantes em especial nos grupos de *whatsapp* em que alertam colegas sobre perigos, por exemplo, até organizando movimentos de ajuda financeira para favorecer quem eventualmente precise.

Já outro grupo, bem reduzido em número, em consonância com o que teorizou Standing (2019) sobre as relações fragilizadas concebidas pelo *preariado*, revelou que não se importa com as demais pessoas que trabalham na mesma atividade, que as tratam como concorrentes e que ocorrem disputas por entregas e por território. Algumas dessas pessoas chegaram a declarar que não participaram das já comentadas greves dos dias 01 e 25 de julho de 2020, confidenciando terem gostado da paralisação as atividades por alguns colegas, pois sobrou mais entregas para fazerem, de forma que obtiveram mais dinheiro naquelas datas.

Por fim, encerrando a análise, tratamos das perspectivas de futuro em relação à ocupação nos serviços de entrega de alimentos. A grande maioria evidenciou que não pretende continuar trabalhando nessa atividade a médio e longo prazo, apresentando sonhos e visões diversas de futuro. A maioria se enxerga como tendo seu próprio negócio. Porém, quando perguntamos sobre o que estão fazendo agora em prol de materializar esses projetos de futuro, reconhecem que não estão fazendo muita coisa ou nada, pois, como adverte Standing (2019), não conseguem controlar seu tempo, condição primeira para conseguir projetar algo.

A justificativa para tal é de que, enquanto não aparece outra coisa, vão trabalhando nessa atividade, pois é necessário sobreviver. O que essas pessoas não percebem, todavia, é que enquanto trabalham nesses serviços de entrega de alimentos, não conseguem estar em outros espaços, fazendo outras coisas que de fato as possam preparar para assumirem lugares distintos futuramente e acabam sendo enredadas em uma espécie de armadilha ou círculo vicioso da precariedade, conforme teoriza Standing (2019).

Palavras finais

Retomamos aqui nossa pergunta de pesquisa: a pandemia decorrente do Covid-19 contribuiu para que as pessoas que trabalham em serviços de entrega de alimentos por aplicativo, em Natal-RN e região metropolitana, se inserissem mais fortemente no *preariado*? Após a análise dos dados produzidos podemos afirmar, sem titubear, que essas pessoas, assim como o trabalho que realizam, foram

fortemente impactados pela pandemia decorrente do Covid-19, precarizando ainda mais a atividade desenvolvida e, em consequência, suas próprias vidas.

Todas as 29 pessoas participantes da pesquisa precisaram continuar a trabalhar como entregadores/as por aplicativo durante a pandemia do Covid-19, inclusive porque, nesse grupo, ninguém conseguiu receber regularmente todas as parcelas do auxílio emergencial do governo federal. Dessa forma, a continuidade da realização desse tipo de trabalho em meio à pandemia proporcionou condições para que uma parcela da população pudesse fazer o isolamento social recomendado pelos órgãos de saúde, não precisando, assim, sair de casa para fazer compras, se assim desejassem. Ou dito de outra maneira, o aumento da precarização das condições de trabalho e de vida de algumas pessoas contribuiu para que outras que vivem com condições de trabalho mais estáveis pudessem preservar suas saúdes. E o que é mais grave, isso é naturalizado por parte da sociedade que, em grande parte, nem reconhece o importante papel social desses/as trabalhadores/as.

Referências

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, vol. 18, n. 3, 2019.
- ANTUNES, Ricardo (Org). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- _____. *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. E-Book. São Paulo, Boitempo, 2020.
- _____. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAUJO, Maria Cristina Cavalcanti; CÂNDIDO, Gesinaldo. A. Índices de qualidade de vida urbana de Natal-RN. *Holos*, Natal, vol. 1, n. 1, p. 51-66, 2015.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HARVEY, David. *Política anticapitalista em tempos de coronavírus*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>>. Acesso em 03 ago. 2020.
- HUWS, Ursula. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017.
- SLEE, Tom. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.